A identidade surda do surdo que se quer fazer ouvir

Carla Nunes Vieira Tavares*

Resumo

Este artigo pretende discutir o tema da identidade do sujeito-surdo a partir do pressuposto de que as identidades são construídas pela linguagem e podem ser subjetivadas por meio de dispositivos e agenciamentos com o objetivo de tornar o sujeito mais dócil e conformado ao padrão da normalidade. A partir da análise discursiva de algumas cenas do filme “Os filhos do silêncio”, pretendemos sinalizar uma construção de identidades advinda da sociedade ouvinte que é apresentada ao surdo como uma forma de torná-lo ora diferente, no sentido de ser deficiente em relação ao ouvinte; ora mais semelhante ao ouvinte, pela via da oralização e outras políticas de inclusão.

Palavras-chave: Identidade; Surdo, subjetivação; Inclusão; Resistência.

The deaf identity: a claim to be listened

Abstract

The theme of deaf-identities (Perlin, 1998) is discussed in this article based on the notion that identities are derived from language constructions and can be subjected through modes of subjectivation so as to model the subject according to what society establishes as “normality”. To pursue this argument, we analyze some scenes from the film “Children of a lesser god” so as to remark that the identities associated with the deaf, result from a discursive construction made from the perspective of the listener society. These identities can, sometimes, be appropriated without questioning, but, sometimes, resistance intervenes creating the conflict.

Keywords: Identity, Deaf, subjectivation, Inclusion, Resistance

Introdução

Este trabalho** objetiva a problematizar, a partir da análise do filme “Os filhos do silêncio”¹, como a identidade do surdo é construída socialmente e como ela é subjetivada² pelo sujeito-surdo na sociedade pós-moderna. Partimos do pressuposto de que as identidades são construídas pela linguagem, por meio do discurso (Coracini, 2003) e são subjetivadas por meio de dispositivos e agenciamentos que modelam o sujeito ao padrão de uma normalidade (Foucault, 1997, 2004). No caso dos surdos, podem ser percebidos modos de subjetivação no sentido de mobilizar o surdo para que este se integre na sociedade ouvinte, o ouvinte para que este integre o surdo, ambos tendo como parâmetro a sociedade ouvinte. Como o sujeito se constrói na tensão de discursos e aparece na resistência, a nós interessa analisar os modos como a construção da identidade do surdo se operacionaliza e como o surdo, na subjetivação dessa identidade, resiste.

Na abordagem desse tema, nos inscrevemos numa perspectiva multicultural na medida em que procuramos analisar as formas como as identidades são construídas no jogo das diferenças, como as culturas do ouvinte e do surdo se digladiam nessa construção identitária na busca por uma afirmação cultural, tentando entrever os pontos em que a homogeneidade é quebrada e resistida. O viés teórico que conduz este trabalho são os estudos culturais pós-estruturalistas, em especial os foucaultianos, alguns conceitos da psicanálise e os estudos de linha francesa sobre o discurso, que nos permitirão discutir os pontos levantados acima.

Desse modo, após uma sinopse do filme, algumas cenas serão analisadas a fim de sinalizar formas de subjetivação das identidades do surdo, o discurso do oralismo como uma das muitas interpelações possíveis no sentido de produzir homogeneização e as resistências, pois, afinal, não há interpelação sem falhas³. Espera-se, assim, abordar o tema das identidades surdas (Perlin, 1998) que, normalmente, enfrentam dificuldades em serem “ouvidas”, reconhecidas e respeitadas numa sociedade majoritariamente ouvinte.

* Endereço eletrônico: carla@sonner.com.br

** Agradeço à CAPES, que apoiou esta pesquisa durante seu desenrolar, e à Profa. Dra. Carmen Zink (UNICAMP), pela leitura atenciosa e pela motivação para desenvolver este trabalho.

“Os filhos do silêncio”: uma sinopse

Apesar de antigo, a escolha do filme “Os filhos do silêncio” se deu por tratar de uma temática atual, especialmente no cenário educacional atual, marcado pela discussão e implementação de políticas de inclusão. Além disso, é uma das poucas produções artísticas e cinematográficas que abordam a questão do surdo e sua integração na cultura ouvinte, tema bem explorado pela película, a nosso ver. Marlee é surda e ganhou o Oscar de melhor atriz por esse trabalho, tendo sido esse o seu primeiro filme.

O enredo se passa em uma cidadezinha litorânea ao norte dos Estados Unidos e conta a história de Sarah Norman (Marlee Matlin), surda, educada em uma instituição para crianças surdas em que a ênfase recai sobre o oralismo⁴. Com 25 anos, Sarah ainda está na instituição. Trabalha como faxineira, apesar de sua inteligência e perspicácia, as quais chamam a atenção do jovem e recém chegado professor, James Leeds (William Hurt). Leeds é um profissional extremamente qualificado. Seu currículo impressiona o diretor da escola, que o contrata com reservas, uma vez que não está muito interessado em grandes mudanças. Leeds é um defensor do oralismo como único e melhor meio de inserção dos surdos na sociedade ouvinte.

Sarah se recusa a aprender a falar e a ler os lábios, o que desafia o professor e o instiga a saber mais sobre essa mulher fascinante que, a seu ver, poderia conquistar o mundo se aprendesse a falar. Sarah, porém, resiste às tentativas de aproximação do professor até que, aos poucos, se sente atraída por esse homem que parece entendê-la e aceitá-la. O tom hollywoodiano, entretanto, não impede que se perceba o conflito subjacente entre o que Leeds acredita ser melhor para ela e o que ela quer para si mesma, o que para ela é uma incógnita.

É possível perceber que os personagens principais: Leeds, Sarah e o diretor, representam diferentes posições discursivas sobre o surdo e sua inclusão na sociedade ouvinte, os quais marcam, distintamente, a construção dessa identidade. Leeds acredita na inclusão sem diferença, na transformação do outro para que este seja semelhante ao padrão, o qual, nesse caso, é o ouvinte. O diretor apregoa uma inserção, mas algo que não cause destabilizações, que não implique transformações. Ambas as posições parecem apontar para o surdo como um deficiente que precisa se adequar para ser incluído. Sarah parece ocupar a posição da resistência, ainda que o final “água com açúcar” amenize os pontos em que o conflito é ressaltado. Pergunta-se por que precisa aprender a língua dos ouvintes, uma vez que esses

nunca, sequer, se interessaram em aprender a dela para que possam se comunicar. Eles o faziam apenas para tirar proveito do fato de ela ser atraente ou para tentar persuadi-la a entrar nesse mundo. Sarah demanda uma valorização da identidade do sujeito-surdo, não como alguém que precisa abandonar sua cultura para ser considerado semelhante, mas como um sujeito que merece respeito e reconhecimento em sua diferença, um sujeito que merece ser *ouvido* porque tem algo a dizer de si.

Tendo feito essas colocações sobre o filme, passamos a discutir algumas noções teóricas que podem nos auxiliar a analisá-las.

Identidade, sujeito e discurso

A idéia de identidade tem sido associada ao sentimento de posse e à consciência de uma realidade individual que, imaginariamente, torna o eu único e exclusivo diante de outros *eus*. O conceito relaciona-se, portanto, às imagens que são construídas ao longo das contínuas experiências de trocas com os outros, que são constituídos sujeitos, investidos de sentimentos, nomes, posições e regras sociais. Cabe ressaltar que aquilo que é construído no nível imaginário, ganha contornos pela simbolização via linguagem. Assim, a construção imaginária da identidade é perceptível pela maneira pela qual as pessoas vivenciam seus contatos umas com as outras, na forma como representam seus relacionamentos e o reconhecimento de quem são, todos eles construídos simbolicamente, ou seja, pela linguagem (Coracini, 2003).

Devido às condições sócio-históricas atuais, entretanto, vários autores têm problematizado a idéia de identidade como sendo única e homogênea. A fragmentação e a descentralização do sujeito, a dispersão dos sentidos, a relativização dos valores parece ter ocasionado o desaparecimento de um único eixo, estabelecendo vários outros possíveis em torno dos quais o sujeito se relaciona e em confronto com os quais o sujeito se representa. Sendo assim, é difícil conceber um núcleo único a partir do qual uma identidade fixa seja produzida. Devido à pluralidade, uma enorme diversidade de identidades (re)novadas tem emergido dos muitos e diferentes lugares. Conseqüentemente, as fronteiras entre elas são mais tênues, o que parece acarretar uma diminuição do sentimento de discriminação de identidades que, antes, eram consideradas inadequadas, impróprias ou marginalizadas. De acordo com Bauman (2005), as identidades na época em que vivemos, que ele nomeia como modernidade líquida, são fluídas, flutuantes, demandam reorganizações subjetivas que reflitam as inúmeras nuances e mudanças que sofrem.

Essas considerações nos levam a encarar a identidade como um construto híbrido em constante movimento, fruto de identificações que afastam a idéia de uma identidade única, plena e totalizante. A identificação, neste trabalho, é encarada como um processo contínuo e constitutivo do sujeito que se dá via diferença, se refere às marcas simbólicas e se relaciona ao modo como nos identificamos com os outros. Para Coracini (2003b), a identificação se constitui na heterogeneidade, no esfacelamento, na dispersão das vozes e dos sentidos. A autora prossegue dizendo que, enquanto as identificações – construções simbólicas -- se referem ao movimento contínuo de devir sujeito, referindo-se à dimensão do dizer, as identidades – construção imaginária --, por mais diversas que possam ser, vão na direção de dar unidade e totalidade ao sujeito e se referem ao ser. Ela acrescenta que a identidade se constrói no confronto, nem sempre consciente e controlado, com o(s) outro(s) e é consequência de múltiplas (re)significações ocasionadas pelo estranhamento da presença desse(s) outro(s), ou seja, na alteridade.

Falando em alteridade, passemos à noção de sujeito, uma vez que o sujeito se referencia em relação a um o(O)utro. A noção se compromete com a psicanálise por encarar o sujeito como atravessado pelo inconsciente que o divide entre uma dimensão da ordem do saber e outra da ordem do não saber. Daí decorre um sujeito não-centro, não-origem e não controlador do dizer, sujeito constituído na e pela linguagem, resultante do equívoco e da falha, ambos constitutivos da linguagem. O sujeito se encontra afetado pelo pré-construído - que se refere aos traços, no discurso, de elementos discursivos anteriores e exteriores a partir dos quais se pode atribuir sentido ao enunciado -, e pela memória discursiva, a qual diante de um acontecimento, estabelece os implícitos possíveis de serem lidos (Pêcheux, 1988) pela ideologia e pelo inconsciente. Cabe ressaltar, que a noção de sujeito não se refere a uma entidade ou pessoa, mas a um efeito possível de ser observado no discurso, a um sujeito de linguagem.

Nesse sentido, a noção de sujeito, conforme postulada por Foucault (1986), contribui para articular sujeito e discurso. De acordo com o autor, um único e mesmo indivíduo pode ocupar diferentes posições enunciativas e papéis de diferentes sujeitos em uma série de enunciados. Portanto, “o que torna uma frase em um enunciado é o fato de podermos assinalar-lhe uma ‘posição de sujeito’” (Gregolin, 2004, p.32). A análise de um enunciado precisa levar em conta qual posição deve e pode ocupar o indivíduo para ser seu sujeito, conforme Foucault postula:

(...) É (o sujeito) um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma (Foucault, 1986, p.109) .

Por sua vez, o discurso é constituído por uma heterogeneidade fundante e constitutiva, pois os enunciados se articulam a outros tantos, aí incidindo a polifonia, o interdiscurso e o inconsciente, segundo o trabalho sobre esse tema de Authier-Revuz (1998). Assim sendo, o discurso é sempre entremeadado por outro discurso, outros dizeres, palavras do o(O)utro, fruto de uma tentativa de dar sentido e unidade ao eu que o produz. Tentativa essa constantemente mal sucedida pelo irromper do sujeito de linguagem que deixa seu efeito no discurso, por meio do equívoco. A respeito da continuidade e da dispersão do sujeito no discurso, Foucault (1986) percebe nos enunciados tanto a repetição quanto a singularidade coexistindo simultânea e dialeticamente. A análise dos mesmos deve, assim, considerar a regularidade e a dispersão, como Foucault destaca:

O discurso, assim concebido, não é a manifestação majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (Foucault, 1986, p. 70).

A análise das falas dos personagens do filme se dará levando em conta a heterogeneidade constitutiva do discurso bem como a discussão das relações que os enunciados possuem entre si e, paradoxalmente, aquilo que possuem de singular, procurando assinalar as formas de subjetivação que tentam homogeneizar o sujeito que se confrontam com as formas de resistência.

Subjetivação e resistência

Retomando a noção de sujeito para Foucault, o autor o vê, no decorrer de sua obra, como uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas. De acordo com Gregolin, para Foucault,

O sujeito é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos

da ontologia do presente (os eixos do ser-saber, do ser-poder e do ser-si). Dispositivos e suas técnicas de fabricação (como a disciplinaridade, por exemplo) constituem o que se entende como sujeito (Gregolin, 2004, p.59).

Esses três eixos apontados pela autora podem ser descritos também em termos de modos de subjetivação, a saber, o eixo do ser-saber equivaleria aos modos de investigação, o eixo do ser-poder, às práticas classificatórias e o do ser-si, aos modos de transformação que nos são aplicados pelos outros e por nós mesmos. Os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas histórica e discursivamente construídas de se fazer a experiência de si (a subjetivação) e de se construir uma subjetividade. Elas envolvem as práticas discursivas (saberes) e as práticas de poder. Os modos de subjetivação do sujeito se dão a partir das identidades e das construções culturais sobre si.

Os modos de subjetivação são marcados por sistemas de interdições e sujeições que Foucault (2004) chama de *tecnologias do si ou técnicas de si*. Estas podem ser definidas como modos que levam o sujeito a se relacionar com o seu corpo e com sua alma e a se modelar segundo as instruções que lhe são impostas (Gregolin, 2004). Elas se apresentam na forma de uma ética de existência, ou seja, tratados morais de como tratar de si, definindo procedimentos de cuidado de si. A aceitação desses procedimentos define um estilo de vida e a conformação com uma dada maneira de ser e fazer de uma determinada formação social.

Vemos, portanto, que, sob essa perspectiva foucaultiana, a noção de sujeito engloba uma dimensão impessoal, uma vez que depende dos processos de subjetivação para se efetivar, ao mesmo tempo em que implica um processo singular, pois o sujeito se constitui em sua própria experiência.

Neste ponto, recorremos a Guattari & Rolnik (2000) a fim de discutir o conceito de resistência neste trabalho.

As resistências são observadas no social por meio do que Guattari chama de singularização (Guattari & Rolnik, 2000). Esse autor faz uma distinção entre os conceitos de indivíduo e subjetividade. Os indivíduos são o resultado de uma produção de massa: modelados e serializados pela sociedade. Entendemos que o que Guattari define como indivíduo corresponde a certas dimensões do que Foucault pensa como sujeito. A subjetividade, por sua vez, não está centralizada no indivíduo. Ao contrário, ela é produzida pelo registro social, pelo que ele denomina agenciamentos de enunciação, que são processos de produção de sentidos, de elaboração

semiótica descentrados quanto à individuação.

Os processos de subjetivação envolvem máquinas de expressão no campo extrapessoal – que Guattari exemplifica como sendo sistemas maquímicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, midiáticos – e sistemas de natureza infra-humana, infra-psíquica, infrapessoal – que abarcam os sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, de modos de memorização e de produção de idéias, sistemas corporais, orgânicos e outros.

Fica patente que Guattari concebe uma subjetividade ligada aos agenciamentos coletivos, mas que não descarta que essa subjetividade seja “assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (Guattari e Rolnik, 2000, p. 33). Essa vivência se dá ora por uma alienação e opressão – quando o indivíduo aceita a subjetividade tal como a recebe –, ora por uma reapropriação dos componentes da subjetividade – uma relação de criação nomeada de singularização.

Os processos de singularização são automodeladores, ou seja, possibilitam aos sujeitos a construção de suas próprias referências com base nos elementos da situação social em que estejam inseridos. A nosso ver, os processos de singularização são responsáveis pelas resistências que se verificam no campo social, fazendo com que a subjetivação se dê sempre tendo o conflito e a tensão como constitutivos.

Tendo feito esse levantamento teórico, no item seguinte iniciaremos nossa tentativa de articular as noções discutidas à questão da construção das identidades surdas.

Identidades (o)postas

Como já sinalizado, as identidades do sujeito-surdo são culturalmente construídas a partir da perspectiva do sujeito ouvinte. Parece haver uma intenção de inclusão do surdo na sociedade ouvinte, mas sempre no sentido de tornar o surdo um falante, de fazer com que o surdo se cinja das prerrogativas de alguém que fala e assuma, dessa forma, uma identidade surda flutuante, para usar a terminologia de Perlin (1998). A autora postula que a constituição do sujeito surdo se dá em meio a um grupo social que o vê como diferente. A sociedade ouvinte e sua cultura têm um estereótipo para o surdo que o vê como deficiente, incapaz, o que, de certa forma, obstaculiza um acolhimento do sujeito surdo em sua diferença, em sua identidade e cultura. Como resultado, verifica-se, muitas vezes, a construção de uma

identidade distorcida e inadequada.

No filme “Os filhos do silêncio”, o surdo é apresentado como deficiente (ou, dizendo de forma mais politicamente correta, “portador de necessidades especiais”); ele é isolado em uma instituição especial para que possa aprender a se comunicar aprendendo a “falar” (do ponto de vista do ouvinte, porque os surdos podem se comunicar de outras maneiras); é subestimado, na medida em que tudo o que a instituição pretende é possibilitar que os surdos consigam conviver na sociedade, mas numa sociedade de ouvintes. Desconsidera-se, portanto, que um surdo pode fazer muito mais na sociedade do que simplesmente conviver (essa desconsideração fica clara em uma das falas do diretor ao entrevistar o professor, logo no início do filme) e apaga-se, muitas vezes, a cultura surda que se constrói na experiência visual por meio da língua de sinais, considerada a língua natural dos surdos (Perlin, 1998) (conforme ilustrado na cena em que Sarah vai a uma festa promovida por uma intelectual surda, em que se conversa sobre tudo por meio da língua de sinais, deixando de fora, justamente, os ouvintes, no caso os dois professores presentes, Leeds e uma colega sua).

A sociedade não vê com naturalidade a inserção dos surdos, como na cena em que Sarah e Leeds jantam em um restaurante e o seguinte diálogo é travado:

CENA 1

Sarah⁵ (se referindo ao garçom, que a olha com estranheza, após anotar o pedido feito por Leeds): Ele acha que sou estúpida!

Leeds: Não, ele acha que você é surda.

Sarah: Todos os ouvintes acham que os surdos são estúpidos!

Leeds: Não, só os ouvintes estúpidos acham que os surdos são estúpidos!

Nota-se aqui um jogo de projeções de identidades em que a prerrogativa de ser estúpido é percebida por Sarah como advinda dos ouvintes em relação aos surdos, a prerrogativa de ser surdo é desvinculada do ser estúpido por Leeds e, por último, o ser estúpido é que faz com que as pessoas projetem no outro o mesmo atributo que não reconhecem em si mesmas.

A cena ilustra a estranheza que provoca a diferença e, para discuti-la, trazemos, brevemente, o conceito de *différance* em Derrida (2000).

A linguagem, para Derrida, vacila, ou, em outras palavras, ela é indeterminada. A linguagem não consegue representar tudo; há sempre um resto que fica de fora, conforme apregoa a psicanálise laciana. Uma das razões para essa indeterminação é que o

signo, elemento que constitui a linguagem e que não carrega em si um valor inerente, é apenas um traço no lugar de uma outra coisa. Ele representa algo, concreto ou abstrato, no sentido de que esse algo não está presente no signo a não ser pelo rastro que ali deixa. Ao mesmo tempo em que carrega o rastro daquilo que a coisa ou conceito são, o signo também representa aquilo que eles não são, uma vez que, diante da impossibilidade de representá-los ou substituí-los por completo, o conceito de algo é para sempre adiado, deixando no signo o traço daquilo que a coisa ou conceito não são, ou seja, a diferença em relação a outros signos. O signo, portanto, está no lugar de alguma outra coisa ou conceito, o que cria a ilusão de que isso que ele representa está ali presente. Essa ilusão é fundamental para que o signo funcione como tal, o que Derrida chama de metafísica da presença. Esse adiamento da presença da coisa e o traço da diferença relativa ao que a coisa não é estão no cerne do conceito de *différance*, de Derrida.

O surdo é definido como aquele que não ouve⁶. Há nessa definição uma negação a partir de um elemento que não está presente: a audição. Ou seja, o surdo é o que eu, o ouvinte, não sou. Embora a incapacidade de ouvir seja o que diferencia o surdo daqueles que cunharam a definição, ou seja, os ouvintes, semanticamente, essa incapacidade não se restringe a um sentido físico, o da audição. Ela também pode se referir àqueles que fisicamente podem ouvir mas que não o fazem por inúmeras razões, em certas ocasiões, o que, a nosso ver, desloca o substantivo ‘surdo’ (aquele que não ouve) para a função do adjetivo ‘surdo’ (“você está surdo?”). O signo ‘surdo’, portanto, agrega essas duas funções: a de nomear e a de qualificar. Em ambas, existe uma carga semântica negativa, pois a definição se faz pela negação, o não ouvir. A nosso ver, o duplo sentido pode apontar para o traço da diferença: o surdo é aquilo que o ouvinte não é ou vice-versa, mas em algum momento, o ouvinte pode vir a ser, o que coloca o ouvinte, no caso, o garçom, frente a algo que lhe provoca estranheza e que, talvez, ele repudie.

O humano tem dificuldades em lidar com o diferente. Freud (1980), no texto “O estranho”, defende que o sentimento de estranheza se caracteriza pela familiaridade de algo que se torna súbita e inexplicavelmente estrangeiro, estranho, como algo fora de nós mesmos. Ressalta, porém, que o estranho tem sua origem não em uma fonte externa ou desconhecida, mas em algo estranhamente familiar, do qual o indivíduo nada pode fazer para se separar. O encontro com esse outro, estranho, desperta uma sensação da ordem do sobrenatural ao mesmo tempo em que nos remete a um sentimento de prazer.

Kristeva afirma que, frente ao insólito, o sujeito se identifica, elabora seus conflitos e os despersonaliza pelo espanto, conforme a citação a seguir:

O outro nos deixa separados, incoerente; mais ainda, ele pode nos dar o sentimento de não ter contato com as nossas próprias sensações, de recusá-las ou, pelo contrário, de recusar o nosso julgamento sobre elas – sentimento de sermos “estúpidos”, “frau-dados” (...). Inquietar-se ou sorrir, esta é a escolha quando o estranho nos assalta; ele depende de nossa familiaridade com os nossos próprios fantasmas (Kristeva, 1994, p.196, 200).

Talvez seja exatamente pela dificuldade de lidar com o que é estranho que os indivíduos que se consideram “normais”, por serem ouvintes, estabelecem critérios que classificam e distinguem os ouvintes dos não ouvintes, os surdos, ou ainda, na classificação dos surdos em função do grau de surdez. Trata-se de um dos modos de objetivação do sujeito para que o processo de subjetivação ocorra. Estamos nos referindo aos sistemas de classificação (Foucault, 1981, 1987) como formas de exercer o poder, de construir aquilo que pode ou não estar/ser incluído dentro de cada categoria, ou seja trata-se de disciplinar.

A sociedade é ordenada por categorias que parecem evidentes, mas que, no entanto, são arbitrárias e obedecem a critérios de poder. As categorias são construídas discursivamente com base em critérios de semelhança e diferença que são relativos⁷ e servem à disciplina na medida em que individualizam os corpos por uma localização que não os implanta, mas os faz circular numa rede de relações. Nesse sentido, pensamos que o surdo é assim denominado e qualificado em razão de os ouvintes estarem em maior número e constituírem uma espécie de hegemonia. Perlin (1998) chega a chamar o processo de imposição da cultura ouvinte sobre a surda de colonização. São os ouvintes que estabelecem os critérios e as categorias. A autora assinala que a construção da identidade-surda durante muito tempo esteve atrelada aos parâmetros classificatórios dos ouvintes e aos critérios do estabelecimento de uma normalização, o que pensamos, ainda se dá, em maior ou menor grau.

Para Foucault (1987), a classificação exerce as funções de marcar os desvios e hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões. O que foge do padrão estabelecido pela classificação merece penalização, assim como o que se encaixa e se destaca positivamente recebe recompensas na posição hierárquica que ocupa. Assim, o surdo pode vir a ser considerado *estúpido* por não se encaixar na categoria construída como normal pelo ouvinte.

Entretanto, justamente pela relatividade que ca-

racteriza os sistemas classificatórios – especialmente em uma sociedade considerada marcada por uma modernidade líquida (Bauman, 2005), cunhada pelo enfraquecimento dos referenciais e pela relativização de valores --, é que nos vemos diante da fragilidade das categorias que os organizam. Aquilo que parecia tão posto e definido (eu sou ouvinte, você é surdo; eu estou dentro da *normalidade*, você está fora; por estar fora, você é estúpido, enquanto, como estou dentro, eu não sou), se desestabiliza porque essa relação dentro/fora não se dá na oposição, mas na constituição. Trata-se de uma relação em que o que está dentro num ponto pode vir a ocupar o exterior e vice-versa, como mostrado na cena que analisamos. Nesse sentido, o ouvinte pode, num ponto, se tornar surdo e, de acordo com a lógica do garçom, estúpido.

As identidades que, num primeiro momento, parecem estar em oposição (surdo-ouvinte) são colocadas em xeque mediante o questionamento de Leeds quanto ao critério que organiza essa divisão.

Contudo, nem todos se submetem aos agenciamentos pacificamente, nem todos aceitam tomar emprestada a língua do outro ouvinte para dizer sobre si. Aqui, pensamos ser possível dizer que Sarah, a surda, resiste em se valer da língua do ouvinte, ou seja, de Leeds. A subjetivação não ocorre, assim, tão pacificamente. Passaremos, então, no item seguinte, a analisar como essa subjetivação pode ser dar de forma singular, marcando um movimento de resistência, ou, como denomina Guattari, de singularização.

“Eu só quero ser eu!”⁸

A relação de Leeds e Sarah se estabeleceu na tensão entre o desafio e a aceitação. O desafio de Leeds convencer Sarah a permitir ser oralizada, de Sarah assumir uma identidade surda e empreender mudanças calcadas no reconhecimento de seu potencial, de Sarah confiar na aceitação de Leeds, de Leeds aceitar Sarah e ouvir o que ela tem a dizer de si.

Em uma das cenas, após a conversa com o diretor no campo de esportes, Sarah, conduzida pelo diretor, vai até Leeds em sua sala para uma entrevista. Leeds pergunta se ela consegue ler os lábios. Ela não responde, deixando implícito que, naquela relação, quem estabeleceria a língua usada seria ela. Leeds tem um alto conceito de si mesmo. Ele acha que pode fazer qualquer surdo *falar*. Mas Sarah o desconcerta, dizendo que o modo como ele sinaliza (*fala* a língua de sinais) é muito entediante. O seguinte diálogo é travado entre eles:

CENA 4

Leeds: Se você deixar, eu posso

te ensinar a falar.

Sarah: Eu posso te ensinar a esfregar o chão.

Leeds: Mas eu não quero aprender (enquanto Leeds se vira para pegar um equipamento de som, Sarah vai embora. Ao perceber, Leeds diz:) E você não quer aprender!

É significativo que Leeds formule a condicional usando o verbo “deixar”, quando, a nosso ver, o esperado seria “querer”. O verbo “deixar” sugere que Sarah tinha o poder de resistir ou ceder. O uso desse verbo nos leva a inferir que Leeds pensava que poderia deter um certo poder que dependia da concessão de Sarah. Entretanto, aprender uma língua, normalmente, é uma questão de escolha, mesmo quando, imaginariamente, as pessoas se refiram ao discurso do mercado de trabalho, da globalização ou da educação para embasarem suas justificativas quanto a seus esforços para se envolverem num processo de aprendizagem dessa natureza. Leeds provavelmente havia percebido que Sarah resistiria à oralização, pois, afinal, ela havia passado quase toda a sua vida naquela instituição, convivido com surdos e com colegas de trabalho que haviam sido oralizados, alguns com sucesso (como seu colega de escola, o professor de matemática) e ela não havia cedido. A dificuldade em se oralizar residia não em um problema cognitivo, pois ela era uma mulher sagaz e “brilhante”, segundo Leeds, mas na resistência em transformar-se naquilo que o outro ouvinte deseja. Ademais, acrescentaríamos que “deixar” também pode apontar para o processo de subjetivação que ocorre na normalização do sujeito, no sentido de discipliná-lo, controlá-lo. Ou seja a inclusão se dá na direção do surdo tornar-se como o outro e não na direção oposta. O movimento de resistência aqui se dá na atitude de Sarah que vira as costas para Leeds e sua proposta, e se retira. Ela não quer “deixar”.

A nosso ver, a cena a seguir também ilustra a resistência.

Sarah e Leeds se envolvem afetivamente. Ele a leva para morar com ele após o incidente na escola, e ela se demite do emprego que tinha ali. Sarah é convidada para uma festa de aniversário promovida por uma colega surda que se tornou muito bem sucedida: tinha um bom emprego como economista, sua própria casa, estava recebendo os amigos. Durante a festa, em que a maioria dos convidados era surda e a língua de sinais era o meio de comunicação, Leeds se sente o estranho. Ele chega a comentar com uma colega professora ouvinte que se sentia como se todos estivessem falando em algum dialeto de outro país, como o húngaro. Aqui, Leeds é o diferente, pois, embora ele saiba a língua de sinais, esta não é a sua. Pro-

põe ir embora, e Sarah vai com ele, embora estivesse furiosa. Essa situação poderia ser uma oportunidade para que Leeds experimentasse o outro lado, assim como os surdos que ele tentava oralizar: como é ser diferente em meio a um mundo ouvinte. Porém, parece ser possível observar uma resistência do professor em sair de sua posição ouvinte e, minimamente, tentar se colocar no lugar do surdo.

Leeds não se sentiu à vontade e quis sair. Sarah encara esse gesto como uma manifestação de poder: ele achava que podia transformar os surdos em falantes por meio da oralização, mas não era capaz de conviver com eles quando eles ditavam em que língua se daria essa convivência. Sarah chega a afirmar: “*Você quer que eu seja surda para me transformar numa ouvinte! Você não quer ajudar ninguém, só quer transformá-los para poder controlá-los!*”

Por outro lado, ao que parece, durante a festa, a colega que a convidara tornou-se um elemento de comparação. Era como se Sarah se perguntasse se, mesmo surda, não poderia conseguir mais do que tinha, ser algo mais do que era, como sua anfitriã. Para isso, entretanto, seria preciso se conhecer para não continuar a ser manipulada, mesmo quando pensava que resistia. Afinal, enquanto era faxineira da escola ou mulher de Leeds, mesmo assumindo, aparentemente, uma postura de resistência por negar ser oralizada, ela continuava mantendo uma posição passiva: era o que os outros queriam que ela fosse. Esse é o momento em que Sarah declara: “*Eu só quero ser eu!*”

Quer nos parecer que esse é um momento crucial do filme, assim como na vida de qualquer pessoa, uma vez que é a partir daí que notamos um movimento de singularização por parte de Sarah. Ela está alienada aos agenciamentos coletivos que lhe convocam a assumir determinadas posições e identidades. O diretor quer que ela não crie problemas; Leeds quer que ela fale, mas nunca se importaram com aquilo que ela tem a dizer, com o que ela quer ser. Descobrir-se, nesse caso, vai na contra-mão dos modos de subjetivação que parecem vestir o sujeito com as vestimentas que os dispositivos de poder e de controle determinam. Para fazê-lo, Sarah terá que analisar quais são aquelas que lhe foram impostas e aceitas sem questionamento; despir-se delas, para que possa (re)apropriar-se de outras (ou das mesmas) de forma a se implicar subjetivamente nesse processo, ocupar uma posição-sujeito numa relação de singularização. Esse processo se dá, no filme, pela língua. Atentemos, então, à cena seguinte:

CENA 5:

Depois da discussão, Sarah se dirige a

Leeds e declara:

Sara: Eu acabei de decidir uma coisa.

Leeds: Ah, é? O que você acabou de decidir?

Sara: Ninguém, jamais, vai falar por mim novamente.

Leeds: Ah, que isso! Como você vai conseguir?

Sarah: Todo mundo sempre me disse quem eu era e eu deixei. Ela quer, ela pensa... E, na maioria das vezes, eles estavam errados, não tinham a menor idéia do que eu dizia, queria ou pensava. E eles estavam errados. [...] Você pensa por mim, pensa por Sarah, como se não houvesse um "eu". [...] Até que você deixe que eu seja eu do jeito que você é, nunca conseguirá entrar no meu silêncio e me conhecer.

Na visão deste trabalho, a língua fala o sujeito e sua identidade é construída por ela. Para Leeds, dizer-se só poderia passar pela língua oral porque a sociedade que integra o surdo é uma sociedade de ouvintes. A identidade do surdo é construída, como já assinalamos, a partir do que o ouvinte não é. É o mundo ouvinte que interpreta o surdo ao dizer o que é ser surdo ou não. Não é comum perguntar a um ouvinte o que é ouvir. Por isso Leeds não compreende que o ponto que Sarah parece enfatizar se refere ao quanto é difícil ter toda uma existência interpretada pelo outro com quem nem sequer, minimamente, se compartilha uma língua; o quanto a não transparência da língua fica ainda mais acirrada se considerarmos o processo de enunciação entre surdos e ouvintes, uma vez que a produção de sentidos pende mais para o ouvinte, que traduz ou interpreta o surdo. Ao surdo, é-lhe emprestada uma voz que, no entanto, não é a sua.

Quando Sarah declara que ninguém vai falar por ela parece fazê-lo de uma posição-sujeito reivindicante tanto no plano individual como no coletivo, como querendo assinalar uma posição de resistência à voz que vem do outro, ao dizer do outro que quer ter o direito de interpretá-la.

No plano individual, ao usar os advérbios “jamais” e “novamente”, Sarah reconhece essa submissão ao outro ouvinte, uma submissão que a fez ser falada sem questionar, sem demandar que sua posição fosse reconhecida. Resistir à oralização não foi suficiente para marcar essa posição. Ela ainda tinha seus pensamentos, seu querer, seu desejo lido pela língua do outro, um outro que, normalmente, não respeitava ou reconhecia a língua dela e que, muitas vezes, a interpretava erroneamente. Ela enuncia que quer dizer a si própria, que deseja ser reconhecida em sua singularidade, como um eu que tem voz,

embora essa voz se enuncie no silêncio dos sinais. Enquanto Leeds não reconhecer isso, não haverá espaço para uma construção do eu de Sarah, ainda que isso se dê no nível imaginário, pois, para a psicanálise, o eu corresponde a essa dimensão imaginária que construímos de nós mesmos.

No plano coletivo, pensamos que essa afirmativa possa ser ampliada para abranger o sujeito-surdo que quer ser reconhecido como surdo, pertencente a um grupo social que, embora minoritário, possui uma língua, uma cultura, uma identidade, mesmo que multifacetada, incompleta e em constante construção, como essa noção é encarada aqui. O reconhecimento não implica o apagamento da diferença, mas no respeito a ela. Implica, ainda, que se encare que o sujeito-surdo se constitui na imbricação da língua de sinais e da língua oral, pois, quer queira quer não, está imerso nesse mundo de sons. Ainda que não os escute, poderá perceber reações dos falantes que indiquem sua rejeição, aceitação ou indiferença. Pode, ainda, vir a aprendê-la, seja por meio da oralização ou como uma segunda língua, como advogam alguns trabalhos sobre a educação de surdos (cf. Perlin, 1998, Skliar, 1997, 1999, 2003, dentre outros).

Um desfecho que pode se abrir para muitos começos

Por meio da análise de algumas cenas do filme “Os filhos do silêncio”, cremos ter sido possível mostrar que há uma construção de identidades advinda da sociedade ouvinte que é apresentada ao surdo como uma forma de torná-lo ora diferente, no sentido de ser deficiente em relação ao ouvinte; ora mais semelhante ao ouvinte, pela via da oralização.

No primeiro caso, aparentemente, pode-se inferir que o ouvinte se firma na afirmação da diferença: o surdo é o que não sou. Entretanto, essa premissa se pauta em uma afirmativa negativa, o que nos leva a arriscar que, por detrás dela, possa haver uma denegação. A denegação, para a psicanálise, tem um caráter projetivo na enunciação na medida em que permite uma tomada de consciência do que está recalcado sem que o sujeito aceite seu conteúdo (Kaufmann, 1996). Ao negar, o sujeito afirma o que não poderia ser dito. O ouvinte jamais será surdo, é fato, mas, muitas vezes, na relação com o surdo acaba ocupando o lugar de um ao se recusar a escutar o que ele tem a dizer de sua posição diferente. Trata-se de excluí-lo para que o diferente não desestabilize a normalidade.

No segundo caso, percebe-se o movimento de tentar tornar o outro em um igual a mim mesmo, apagar as diferenças, homogeneizar, igualar, enfim, incluir. Isso se verifica, no filme, pela ênfase na orali-

zação, que aponta, semelhantemente à negação, para a governamentalidade dos seres, conforme Foucault (1977, 2005) discutiu. Igualar o outro a mim significa não respeitar a diferença, tomá-la como excludente ainda que sob o discurso da inclusão, pois, para ser incluído, é preciso que o surdo abra mão de algo, que, no filme, é a sua própria língua.

Em ambos os casos, estamos frente à negação da diferença, pois ela, ainda que admitida, como no caso da inclusão, é apagada ao ser concebida como algo externo em vez de constitutivo das subjetividades. O ouvinte pode, em alguns momentos, se tornar surdo exatamente por não considerar o quanto a diferença do outro surdo tem a dizer de sua própria incapacidade de ouvi-lo ou, até mesmo, de ouvir seus pares ouvintes. Nesse sentido, pensamos que as identidades ouvintes estão em constante risco por estarem sujeitas a desestabilizações provocadas pelo contato/confronto com o outro, com o diferente.

Talvez, no deslocamento do parâmetro da anormalidade para um que se pautar na diferença, o ouvinte consiga ver o surdo não como o oposto, mas como um outro diferente que pode lhe ser altero, um outro de si mesmo. Nesse deslocamento, talvez seja possível escutar o que o surdo tem a dizer a respeito de si e fazer com que o surdo, também, consiga se aproximar do mundo ouvinte, construindo uma relação de respeito baseada no reconhecimento das diferenças.

Notas

¹ Título original: “*Children of a lesser god*”; produção norte americana, 1986, dirigida por Randa Haines e estrelada por William Hurt e Marlee Matlin.

² Por subjetivação entendemos as práticas e os meios heterogêneos por meio dos quais as pessoas se relacionam consigo mesmas e com os outros, como sujeitos de determinado tipo (Rose, 2001).

³ Pêcheux afirma que “Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (Pêcheux, 1988, p.302,303).

⁴ O oralismo se baseia numa abordagem que propõe que a aquisição da fala deve ser iniciada o quanto antes e que recebeu maior reconhecimento entre o fim do século XIX até o início do anos 70. O objetivo, obviamente, é ensinar o surdo a “falar”, lançando mão de todos os instrumentos possíveis, dentre os quais, os resíduos auditivos que, porventura o surdo tenha. A aquisição da fala implica um trabalho árduo, contínuo e nem sempre bem sucedido. Como uma variante ao oralismo, surgiu, na década de 70, uma abordagem denominada *comunicação total*, que, além da pura tentativa de ensinar o surdo a falar, objetivava facilitar a comunicação do surdo na sociedade ouvinte por meio da utilização de todos os recursos possíveis, como a fala, a leitura labial, a escrita, o desenho e mesmo o reconhecimento da língua de sinais. Não fazemos, aqui, distinção entre as duas abordagens por considerarmos a segunda apenas uma outra forma do oralismo.

⁵ No filme, as “falas” de Sarah são retomadas por Leeds com o claro objetivo de fazer com que o espectador entenda o que ela “diz”. Optamos por colocar, na transcrição das cenas, as “falas” na boca de Sarah a fim de ilustrar melhor nossos pontos de análise. Ressaltamos, ainda, que a transcrição obedece a uma tradução livre, visto que o exemplar do filme a que tivemos acesso não é legendado.

⁶ Cf. SURDO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI. O dicionário da língua Portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1908.

⁷ Basta verificar o comentário que Foucault faz a partir do estudo de Borges sobre o sistema classificatório pelo qual alguns animais são classificados em uma enciclopédia chinesa, por exemplo (Foucault, 1981).

⁸ Esse subtítulo se refere a uma das falas de Sarah, que será analisada nesta parte do trabalho.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAUMAN, Zigman. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORACINI, Maria José (org). *Identidade e discurso*. Campinas: Argus e Editora Unicamp, 2003a.

_____. A escamoteação da heterogeneidade. In: _____ e BERTOLDO, E. S. *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre/na sala de aula (língua materna/estrangeira)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003b, pp. 251-268.

_____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

DERRIDA, Jacques . *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREUD, Sigmund. O estranho. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XVII, 1980.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6.ed. Petrópolis: Vozes. 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso*. Diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994,

MARTINS, André Luis Batista. *Identidades surdas no processo de identificação lingüística: o entremeio de duas línguas*. 2004. 167f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras e Lingüística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

SKLIAR, Carlos. *Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

_____. *Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Recebido em setembro de 2008
Aprovado em dezembro de 2008

Sobre a autora:

Carla Nunes Vieira Tavares é formada em Letras (Língua e literatura inglesas) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre em Linguística pela mesma universidade, doutoranda em Linguística Aplicada pela Unicamp; membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso (GPAD/MG) e do Grupo de Pesquisas sobre Linguagem e Psicanálise (GELP/MG). É professora do núcleo de línguas estrangeiras do curso de Letras da UFU, desde de 2003, atuando nas disciplinas relacionadas ao ensino de língua inglesa, metodologia do ensino e supervisão de estágio supervisionado.